


Ética em pesquisa de educação e integridade acadêmica

Sônia Aparecida Siquelli¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8992-1898>

Fabiana Rodrigues de Sousa²

 <https://orcid.org/0000-0001-9963-0958>

Antonio Joaquim Severino³

 <https://orcid.org/0000-0002-7922-9021>

Paulo Peixoto⁴

 <https://orcid.org/0000-0003-2275-667X>

A iniciativa de organizarmos a Seção Temática *Ética em pesquisa de educação e integridade acadêmica* foi, num primeiro momento, de congregar produções que permitam atualizar discussões em torno do tema e identificar desafios atuais nesta matéria. A seção temática visa também contribuir para a formação dos pesquisadores/as, no nível de mestrado e doutorado em educação, que geralmente submetem seus projetos de pesquisa a uma revisão ética, pelo Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), pela Plataforma Brasil. Segundo as legislações sobre ética em pesquisa no Brasil - Resolução 196/1996; Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016 - é importante que os programas de *stricto sensu*, as universidades e as agências de fomento de pesquisa assegurem que os projetos de pesquisas, que envolvam seres humanos, vinculados às suas instituições passem por uma revisão ética.

Sem deixar de considerar os fundamentos legais, concebemos que a ética em pesquisa deve abarcar a diversidade de práticas do/a pesquisador/a em suas relações com os participantes da pesquisa. Sendo assim, é importante refletirmos sobre como as ações da pesquisa - e por conseguinte dos/as pesquisadores - podem ou não ferir o outro (participante da pesquisa). Segundo Severino (2023, p.11), parceiro na organização desta seção temática: “O que

¹ Universidade São Francisco-USF, Itatiba-SP/ Brasil. E-mail: soniapsiquelli@gmail.com.

² Universidade São Francisco-USF, Itatiba-SP/ Brasil. E-mail: fabiana.sante@usf.edu.br.

³ Universidade Nove de Julho-UNINOVE, São Paulo-SP/Brasil. E-mail: ajsev@uol.com.br.

⁴ Universidade de Coimbra-UC, Coimbra/Portugal. E-mail: pp@uc.pt.

caracteriza a não eticidade de uma conduta é a ofensa que ela causa a outras pessoas, ao ferir e violar sua dignidade.” Níveis de intrusão de pesquisadores/as, desproporcionais aos objetivos da pesquisa, ou geradores de expectativas desmesuradas junto aos participantes em relação aos resultados da pesquisa, configuram dolo eventual e condutas antiéticas. *Grosso modo*, sempre que a pesquisa envolve seres humanos, os/as pesquisadores/as têm a obrigação ética de garantir o respeito pelos sujeitos participantes. Isso inclui, para além da obtenção de consentimento informado e da declaração de eventuais conflitos de interesse, proteção da privacidade e garantia de que os participantes não sejam prejudicados de nenhuma forma devido à sua participação.

Num segundo momento, comungando com Amorim (et. al. 2019), entendemos que dentre os desafios subjacentes aos debates sobre a ética na pesquisa, destaca-se o de “ocupar um espaço político na luta pela autonomia da área no que se refere à regulação da ética na pesquisa” (p.7). Assim sendo, na proposta de congregarmos textos sobre ética em pesquisa de educação com a integridade acadêmica, definimos o que acreditamos ser, na formação do/a acadêmico/a do Ensino Superior e de pesquisadores no nível de mestrado e doutorado, as condições favoráveis para pensar a formação acadêmica e do/a pesquisador/a e para reforçar a integridade e a responsabilidade. O campo da pesquisa em educação, pelas suas particularidades, por envolver comunidades e por procurar contribuir para a equidade e para a justiça, deve estruturar-se no primado da ética como fundamento da pesquisa (Research Ethics and Integrity Sector, 2021). Isso significa que, quando a pesquisa visa beneficiar os participantes e/ou contribuir para o bem comum (e nunca pode deixar de ser assim), as questões éticas devem ser abordadas e incorporadas o mais cedo possível, devendo ser avaliadas durante as atividades de pesquisa. O primado da ética como fundamento da pesquisa significa também que essa abordagem deve ser adaptada ao tipo de pesquisa proposta, considerando que os riscos éticos podem ser diferentes durante a fase de desenvolvimento da pesquisa e a fase de seu lançamento no terreno.

Peixoto (2023, p.54), parceiro na organização desta seção temática, afirma:

Na complexidade do contexto atual em que a prática científica se desenvolve, o dever de integridade manifesta-se em relação a vários destinatários: a comunidade científica, a profissão, o público, o cliente. Na perspectiva ética, podemos discutir os vários pontos de vista sobre os valores que justificam as nossas opções.

Nesta perspectiva, garantir que os resultados da pesquisa sejam disponibilizados e comunicados de maneira acessível e compreensível, beneficiando não apenas a comunidade acadêmica, mas também os participantes da pesquisa e o público em geral faz parte de um compromisso ético que garanta um acesso equitativo aos resultados. O dever de integridade para com vários destinatários da pesquisa exige também que se comunique de maneira clara os dilemas éticos da pesquisa e como as decisões éticas foram incorporadas e de que modo podem afetar os participantes e a sociedade.

Socializamos nesta organização um conjunto de conhecimentos oriundos de pesquisas teóricas e empíricas acerca da ética em pesquisa em educação e da integridade acadêmica no Ensino Superior. Com enfoques teóricos e metodológicos diversificados que, num espectro abrangente, se situam, no campo da pesquisa em educação. Pensar e repensar a formação ética do/a pesquisador/a em práticas de pesquisa que envolvam seres humanos, bem como práticas acadêmicas de estudantes do Ensino Superior, nos trabalhos, na investigação e na pesquisa, é um desafio fundamental e urgente.

A Seção Temática *Ética em pesquisa de educação e integridade acadêmica*, composta de 21 artigos e um relato de experiência, apresenta resultados de estudos e pesquisas de autores/as e pesquisadores/as que têm se dedicado a investigar a formação ética do/a pesquisador/a em educação e a integridade acadêmica no Ensino Superior. Os trabalhos e autores/as, aqui reunidos, constituem um grupo de referência, que se propõe a pesquisar, pensar, socializar e contribuir para a consolidação da pesquisa científica na área.

No Brasil, em nível nacional, legislações foram criadas na última década para garantir a proteção da dignidade dos participantes em pesquisas no campo das ciências médicas e das ciências humanas e sociais; fórum e comissões de diversas áreas foram criados e, em educação, a Comissão de Ética da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPED, tem fomentado a discussão, a pesquisa, a socialização do conhecimento, além de sustentar que a

questão da ética em pesquisa e da integridade acadêmica deve ser uma responsabilidade no plano da formação recebida pelos pesquisadores em nível de pós-graduação e dos estudantes universitários na graduação.

Assim, os textos apresentados nesta seção, para além de seus objetivos específicos, bem como das informações e das discussões que contribuem para enriquecer esta área, vêm cumprir também o papel de contribuir para consolidar a área da pesquisa em educação. Não somente facultando o acesso a conhecimentos e informações, mas também destacando práticas de uma ética fundamentada na responsabilidade consciente dos estudantes e pesquisadores, em diferentes contextos de formação acadêmica e científica, quanto às suas escolhas e ações no interior de sua formação.

Que entendimento conceitual devemos ter da ética e da integridade? Até que ponto esses dois conceitos se relacionam? Jefferson Mainardes, em *Ética, integridade e cultura de integridade: reflexões a partir do contexto brasileiro*, reflete sobre a integridade acadêmica e a integridade científica para concluir que sua consolidação depende da existência de políticas institucionais. A partir de uma revisão da literatura sobre ética e integridade, o autor discute conceitos e o seu alcance, procurando contribuir para a promoção de uma cultura de integridade no contexto brasileiro. O artigo permite enfrentar dilemas e questões que se levantam em torno do exercício da prática científica e no domínio das publicações, ao mesmo tempo que lança o desafio para que, no Brasil, se faça o devido mapeamento de práticas institucionais relativas à ética e à integridade.

Se as políticas institucionais e a existência de códigos e regulamentos são fundamentais para promover uma cultura de integridade na pesquisa, os processos formativos de pesquisadores/as devem preceder e enquadrar as políticas e os instrumentos institucionais. Isto porque muitos dos problemas que ocorrem em matéria de integridade no domínio das publicações resultam da ausência de processos formativos reflexivos que previnam males que se manifestam a jusante com sintomas de doenças terminais, enredados em uma inelutabilidade que é tanto mais evidente quanto os processos formativos reflexivos estão ausentes. Luis Paulo Leopoldo Mercado e Ana Paula Monteiro Rêgo, em *Integridade na pesquisa: orientações e reflexões para a autoria de manuscritos*, mostram que a complexidade do universo em que os/as

pesquisadores/as se movem exige uma formação contínua, reflexiva e atenta às transformações em curso.

As políticas institucionais relativas à fraude acadêmica tendem a ser genéricas, centradas nos/as estudantes, assumindo designações acriticamente diversas, designadamente em Portugal (Peixoto et. al. 2016). É analisando especificamente a realidade portuguesa, enquadrada por documentação e orientação institucional, que Ana Paula da Silveira Simões Pedro, em *Ética e integridade na investigação e na formação: percursos de um caminho (ainda) por fazer – o caso português*, analisa as preocupações institucionais crescentes em matéria de ética e de integridade. A autora aborda as dimensões e o conteúdo de documentos enquadradores da conduta do/a investigador/a em educação para concluir que nos encontramos no início de percurso que visa estabelecer uma ética da conduta acadêmica e de investigação. A partir de sua análise, Ana Pedro nos deixa uma proposta, defendendo formação obrigatória na área da ética.

Um dos grandes desafios que a Inteligência artificial coloca à ética e à integridade tem a ver com o fato de os algoritmos da IA, em seus processos de treinamento, poderem incorporar, refletir e até amplificar preconceitos existentes na sociedade. Por isso, a dimensão ética dos produtos e dos processos está cada vez mais orientada pelo conceito de “primado da ética na concepção” (*ethics by design*). Anderson Luiz Tedesco e Jacques de Lima Ferreira, em *Ética e integridade acadêmica na Pós-Graduação em Educação em tempos de Inteligência Artificial*, transportam-nos, partindo de uma revisão da literatura, para os desafios que a IA traz ao mundo da pesquisa. Aceitando a incorporação de novas tecnologias de IA na formação em educação, os autores enfatizam a necessidade de formação e de aprofundamento do conceito de sabedoria prática, de modo a enquadrar os novos processos de produção de conhecimento.

A cultura de pares desempenha um papel significativo na formatação da ética e da integridade em vários contextos, especialmente em ambientes acadêmicos, profissionais e de pesquisa. Essa cultura de pares modela comportamentos, fomenta mais ou menos a abordagem de preocupações éticas e nos coloca perante um sistema de reforço positivo ou negativo que influencia as escolhas éticas dos membros de um grupo. Sônia Aparecida Siquelli, em *Ética em pesquisa e a formação do pesquisador na área da Educação no interior de um grupo de estudos e pesquisas*, parte da observação de um campo de formação de pesquisadores/as em educação, constatando o potencial desses grupos para a criação de laços éticos, mas assinalando, também,

uma ausência generalizada na formação superior de discussões sobre ética, ainda que as pesquisas sobre o tema venham crescendo e suscitando interesse por parte dos grupos de pesquisa em educação.

Na era da “escrita científica assistida”, sobretudo pela IA, ainda que estejamos apenas a considerar os sistemas de inteligência artificial que analisam a redação e oferecem sugestões para melhorar o estilo, a clareza e consistência textual e gramatical (e não soluções fraudulentas), é curial recordar que a escrita científica é aquilo que traduz a responsabilidade de pesquisadores/as em conduzir e em comunicar suas descobertas de maneira ética e transparente. José Humberto Rodrigues dos Anjos e Vânia Maria de Oliveira Vieira, em *O desafio ético da escrita e da pesquisa em Educação: considerações sobre compromisso com o conhecimento*, percorrem várias dimensões relevantes em que a escrita científica oscila entre o inapropriado e o ilícito. O texto apela a pesquisas adicionais que permitam perscrutar a relação entre ética e escrita/conhecimento científico.

Ivan Fortunato e Alexandre Shigunov Neto, em *Reflexões de editores de periódicos da área de Educação e Ensino sobre a Resolução CNS 510/2016*, à vista dos dispositivos da Resolução CNS 510/2016, e com base em sua experiência como editores, trazem informes sobre a ocorrência de lacunas na realização dos procedimentos previstos naquele documento, e de omissão de sua exigência, por parte dos periódicos, quando da publicação de trabalhos relacionados às pesquisas com seres humanos na área de educação. Constatam que os periódicos nem sempre repassam previamente aos autores e autoras as normas de submissão, nem exigem a avaliação dos projetos que deram origem aos artigos, aos Comitês de Ética.

Carlos Kusano Bucalen Ferrari, em *Conhecendo as características de periódicos legítimos: chave para evitar revistas predatórias*, aborda a preocupante emergência e expansão dos periódicos considerados predatórios, que acabam atraindo sobretudo pesquisadores/as iniciantes, pressionados pela demanda institucional de produção acadêmica e desconhecendo as exigências éticas e epistêmicas da boa prática científica. Constrói-se um arcabouço teórico-metodológico cujos traços e critérios permitem que pesquisadores/as identifiquem as publicações confiáveis e indicam-se fontes em que esses critérios são fundamentados e explicados.

Carlos Roberto da Silveira e Alexandre Marchioni Leite de Almeida, em *Integridade ética na pesquisa: plágio acadêmico e aspectos jurídicos*, tratam da delicada questão ética do plágio na produção científica, destacando seu agravamento com o advento das novas tecnologias informacionais, particularmente dos recursos da Inteligência Artificial. Reportando-se a referências filosóficas, analisam e debatem os dispositivos legais brasileiros concernentes à matéria.

Sônia Regina Mendes dos Santos, Sergio dos Santos Vieira e Maria Regina Menezes Alves, em *Dilemas éticos no Ensino Remoto Emergencial: reflexões necessárias*, refletiram sobre os desafios éticos postos pela emergência do ensino remoto no Brasil, em decorrência da situação da pandemia do Covid. Os resultados da revisão da literatura evidenciaram a limitação da aplicação de critérios éticos nas práticas pedagógicas mediadas pelas tecnologias digitais.

Leandro Silva Costa e Lenina Lopes Soares Silva, em *Aspectos éticos da pesquisa acadêmica com seres humanos na educação: um breve panorama dos programas de pós-graduação stricto sensu do Instituto Federal do Rio Grande do Norte*, reportando-se à análise das dissertações e teses do PPGE do IFRN, defendidas até 2019, constatam que mesmo envolvendo seres humanos, muitos trabalhos não submeteram à avaliação ética os projetos originais que deram origem às teses e dissertações. Diante desse quadro, ressaltam a necessidade e a importância da atuação dos Comitês de Ética.

Bruno Carneiro de Andrade, João Batista Carvalho Nunes e Maurício de Oliveira Paula, em *Ética em pesquisa nas teses de Doutorado em Educação em um programa de excelência nacional da região Nordeste do Brasil (2017-2022)*, relatam resultados de estudo sobre o registro de procedimentos éticos em pesquisas de doutorado da área educacional, em Programa de Pós-Graduação da Região Nordeste, de reconhecida excelência. Foram examinadas 149 teses, sendo constatado que apenas 6 passaram pelo Comitê de Ética, embora 53 tenham feito referência ao uso do TCLE.

Na sequência, a seção temática apresenta um conjunto de sete artigos que trazem reflexões relevantes acerca de preceitos éticos em práticas de pesquisa com sujeitos e grupos populares, tais como prostitutas, pesquisas envolvendo crianças, com pessoas surdocegas, populações indígenas, ancorando-se em metodologias participativas, dialógicas e nos aportes da Educação Popular. As pesquisas com populações vulneráveis são uma dimensão crucial e crítica

da ética em pesquisa na educação, uma vez que algumas populações ou grupos sociais têm necessidades especiais ou especificidades que implicam uma atenção redobrada quando se faz a pesquisa e se aplicam metodologias que possam ser demasiado intrusivas e culturalmente inapropriadas.

No artigo *Metodologias participativas na práxis da educação popular: uma ética da transgressão desde as origens*, Sandro de Castro Pitano lança mão de resultados oriundos de estudo bibliográfico para tecer considerações sobre o processo de construção participativa do conhecimento fundamentando-se na práxis da Educação Popular. O autor problematiza os princípios das metodologias participativas em relação às concepções clássicas da investigação científica nas Ciências Humanas, ressaltando que o caráter de transgressão e de transformação assumido pelas metodologias participativas se constitui não como estratégia, mas sim como epistemologia libertadora, fomentando reflexões éticas em pesquisadores/as e participantes da pesquisa.

Fabiana Rodrigues de Sousa, no artigo intitulado *Pesquisas dialógicas com prostitutas como espaço-tempo de educação para a ética e a integridade científica*, destaca o potencial formativo e educativo das interações entre pessoas pesquisadoras e sujeitos participantes da pesquisa. Com base nos aportes da Educação Popular, a autora defende que a dimensão dialógica de fazer pesquisa *com* prostitutas e não *sobre* prostituição tem propiciado a assunção de uma postura política no campo da Educação e dos Estudos de Prostituição que possibilitam leituras diversas acerca dessa prática social, desvelando processos de agência, resistências e saberes de experiência dessas mulheres.

No artigo *A(s) infância(s) e as questões éticas e epistemológicas na pesquisa com crianças*, Maria Tereza Goudard Tavares, Adrielle Lisboa e Carla Verônica Corrêa Cardoso refletem acerca de questões éticas e epistemológicas presentes na pesquisa com crianças, tomando como base os trabalhos desenvolvidos junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa Infâncias, Formação de Professores e Diversidade Cultural (Gifordic), que abordam o direito à cidade de crianças que vivem e produzem suas educabilidades em periferias urbanas como São Gonçalo/RJ. As autoras alertam para a necessidade de aprofundar a concepção de ética nas pesquisas com infâncias como uma experiência de conhecimento, em uma perspectiva que abarque as crianças como sujeitos de direitos e como produtoras de cultura.

No artigo *Questões éticas e epistemológicas no campo da pesquisa em educação: o desafio de se pesquisar com crianças*, Fabiana Nery de Lima Pessanha e Florentino Maria Lourenço seguem problematizando os desafios éticos e epistemológicos de se pesquisar com crianças. Ancorando-se nas dimensões da ética, da dialogicidade e da alteridade, argumentam que um dos desafios consiste no reconhecimento da infância/crianças como categoria social e política, portanto, contextualizada historicamente em suas condições de classe, raça, gênero, território, dentre outros. A autora e o autor defendem abordagens investigativas nas pesquisas em educação pautadas na assunção do compromisso político com a visibilidade das crianças como sujeitos ativos do processo de construção de conhecimentos.

Seguindo as reflexões sobre a dimensão ética e educativa nas relações de pesquisa com sujeitos plurais, no artigo *Ética na pesquisa com a participação de pessoas surdocegas: o desafio comunicacional*, Rodrigo da Rocha Machado e Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa suscitam contribuições para pensarmos procedimentos metodológicos e comunicacionais acessíveis às pessoas surdocegas. Com base em revisão da produção acadêmica brasileira de teses e dissertações, o autor e a autora discutem as barreiras existentes no diálogo entre pesquisadores/as e sujeitos participantes da pesquisa para a livre manifestação de consentimento e de expressão das pessoas surdocegas envolvidas na pesquisa. Para além da denúncia dos desafios e barreiras, o texto também anuncia possibilidades comunicativas e recursos assistivos que podem favorecer a autonomia das pessoas surdocegas participantes de pesquisas.

Em *A ética da alteridade-cuidado nos processos formativo-investigativos do/no campo da Educação Popular: diálogos interinstitucionais*, Tiago Zanquêta de Souza, Gercina Santana Novais e Valéria Oliveira de Vasconcelos refletem sobre a formação ética que se concretiza na aproximação da realidade e que se alicerça no diálogo, no respeito e na confiança mútua entre sujeitos pesquisadores e participantes da pesquisa. O autor e as autoras tomam como ponto de partida experiências decorrentes dos movimentos de valorização de saberes e metodologias plurais de produção de conhecimentos, bem como os princípios da Educação Popular, e defendem uma ética da alteridade-cuidado que se funda na intencionalidade política voltada à construção da justiça social e da autonomia de todas as pessoas envolvidas nas práticas de pesquisa.

No artigo *El compromiso ético de la investigación de la propia práctica en la formación de profesionales indígenas en la carrera de Educación Intercultural Bilingüe de la Universidad Politécnica Salesiana*, María Sol Villagomez Rodriguez e Jessica Jazmin Rivadeneira-Peñañiel trazem considerações decorrentes de uma revisão da bibliografia que teve como foco as experiências e conhecimentos gestados no Programa de Educação Intercultural Bilingüe. Esse programa foi constituído com intuito de profissionalizar educadoras e educadores comunitários de escolas indígenas de zonas rurais do Equador e, portanto, abarca em sua organização uma discussão relevante acerca das dimensões sociopolítica, antropológica e linguística do currículo e da didática. As autoras se ancoram na perspectiva da sistematização de experiência e defendem que a investigação educativa e a reflexão sobre a própria prática se configuram como um compromisso ético necessário e relevante para o exercício da docência que visa fomentar experiências de educação intercultural, transformadora e libertadora.

No artigo *Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos*, Ruth Pereira de Melo e Lucilene Ferreira de Melo, por meio de uma pesquisa de natureza quanti-quali realizam um levantamento documental e, a partir da análise de conteúdo, trabalham com conceitos e definições de ética recorrendo à legislação para evidenciar as discussões da área dando importância ao protocolo no CEP/Conep para revisão ética do projeto e proteção dos participantes. Destacam os desafios das questões éticas em pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais, uma vez que é de conhecimento geral o debate acerca da formação do/a pesquisador/a na área de Humanas em identificar as questões éticas de suas pesquisas.

Marta Luciane Fischer, Mario Antonio Sanches e Caroline Filla Rosaneli, no artigo *Ética na Pesquisa em Educação: um diálogo possível com a Bioética Social e Ambiental?*, dialogam de forma multidisciplinar com a Bioética Social e Ambiental utilizando-se da pesquisa-ação e de um estado da arte da Base OSAISBR para concluir a importância identificada nos artigos pesquisados da orientação, dos dados gerados na pesquisa e à sua socialização em publicações. Destacam a sequência didática, o sistema CEP/Conep, a integridade na pesquisa, a vulnerabilidade e a bioética enquanto descritores que conduziram esta produção de conhecimento, enquanto forma de fortalecimento, o que chamam de sequências didáticas.

A seção temática encerra com um relato de experiência intitulado *Ética e educação – relato de uma experiência*, em que Cleide Rita Silvério de Almeida e Elaine Teresinha Dal Mas

Dias descrevem as práticas, enquanto integrantes e revisoras éticas de um Comitê de Ética em Pesquisa, durante cinco anos. Abordam as legislações e as diretrizes de ética em pesquisa e a relação das três áreas das Ciências Humanas e Sociais e da Saúde, não deixando de mostrar e confirmar o que já é do conhecimento no âmbito acadêmico, da centralidade e do poder majoritário da área da saúde nesta área no Brasil. Concluem afirmando a seriedade dos desafios da área frente ao progresso tecnológico e o quão necessária se faz a reflexão por parte das universidades e dos comitês de ética neste contexto.

Assim, nós, editores/as desta seção temática, encerramos este trabalho com a certeza do quanto é importante manter o diálogo com pesquisadores/as da área de Educação e juntos criarmos um espaço para divulgarmos os resultados e reflexões à comunidade acadêmica e científica.

Referências

AMORIM, A.C., R. FERRAÇO, C.E. CARVALHO, I. C. de M. MAINARDES, J. NUNES, J.B.C. Ética e pesquisa em Educação: documento introdutório. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ed.). *Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019, p. 9-26. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_28_junho_2021.pdf?_ga=2.166387646.1635477448.1628647253-1379707538.1579529495.

PEIXOTO, P.; ESTEVES, D.; SEIXAS, A.; ALMEIDA, F.; GAMA, P. Políticas institucionais, em Portugal, relativas à fraude acadêmica. In: ALMEIDA, F.; SEIXAS, A.; GAMA, P.; PEIXOTO, P.; ESTEVES, D. (Coord.). *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior*. ed 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p.195-239.

PEIXOTO, P. Integridade na prática científica. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ed.). *Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Volume 2. Rio de Janeiro: ANPED, 2021, p.47-55. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_v_2_agosto_2021_1.pdf

RESEARCH ETHICS AND INTEGRITY SECTOR. *Ethics By Design and Ethics of Use Approaches for Artificial Intelligence* - Bruxelas: DG Research & Innovation | Comissão Europeia, 2021.

Disponível em: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/ethics-by-design-and-ethics-of-use-approaches-for-artificial-intelligence_he_en.pdf

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i1.0009>